



INTERNATIONAL CENTRE FOR  
TRADE AND SUSTAINABLE  
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS



20 de abril de 2006

V. 1 N. 7

<b>NOTÍCIAS MULTILATERAIS</b>	<b>1</b>
Negociações plurilaterais sobre serviços: o tiro saiu pela culatra	1
Negociações sobre mecanismo de monitoramento das regras de tratamento especial e diferenciado	3
<b>NOTÍCIAS REGIONAIS</b>	<b>4</b>
Mercosul define eixos temáticos de sua estratégia de biodiversidade	4
<b>BREVES MULTILATERAIS</b>	<b>5</b>
Negociações sobre bens ambientais associados à energia renovável e à poluição do ar	5
Mercosul: encerrada a primeira fase de revisão de sua política comercial pela OMC	6
<b>BREVES REGIONAIS</b>	<b>6</b>
Acirra-se conflito entre Argentina e Uruguai sobre as papeleras	6
<b>EVENTOS</b>	<b>7</b>
<b>INFORMAÇÕES ÚTEIS</b>	<b>9</b>
<b>FIQUE DE OLHO!</b>	<b>10</b>

## NOTÍCIAS MULTILATERAIS

### Negociações plurilaterais sobre serviços: o tiro saiu pela culatra

O cluster de negociações sobre serviços da OMC recentemente concluído, no qual ocorreu o início das negociações plurilaterais sobre acesso a mercados entre os grupos de Membros, foi considerado "extremamente positivo" por Hamid Abdel-Mamdouh, Diretor da Divisão de Serviços da Organização. Durante o cluster, realizado entre os dias 27 de março e 7 de abril, foram negociadas mais de 20 demandas plurilaterais, que compreenderam, praticamente, todos setores abrangidos pelas regras sobre serviços da OMC. Hamid Abdel-Mamdouh relatou aos jornalistas que as negociações haviam excedido suas expectativas. Afirmou, ainda, que, definitivamente, há um novo ímpeto nas negociações sobre serviços. Delegados de Membros demandantes e demandados parecem não discordar desta avaliação, ainda que por razões diferentes.

Os demandantes parecem satisfeitos e aliviados com o fato de as negociações sobre as demandas coletivas não terem sido tão difíceis como muitos antecipavam. Os Membros que foram convidados para as negociações plurilaterais compareceram aos encontros devidamente acompanhados de seus especialistas setoriais. Segundo relatos, o Brasil, por exemplo, trouxe mais de uma dúzia de especialistas radicados na sede do governo - sua maior delegação para as negociações sobre serviços até o momento.

Diversos Membros que foram alvos das solicitações acreditam terem aproveitado a abordagem plurilateral para fortalecer suas posições defensivas nas áreas em que relatam incrementar seus compromissos de liberalização.

**PONTES Quinzenal** também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch). No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

## Muitas reuniões seguem a mesma linha

Há indicação de que reuniões plurilaterais em setores diversos obtiveram resultados semelhantes. Após os demandantes apresentarem seus pedidos, os Membros demandados iniciavam suas intervenções. Primeiramente, ressaltavam a natureza voluntária de sua participação, para, em seguida, apresentarem uma série de questões técnicas referentes aos pedidos que haviam recebido. Em seqüência às respostas para tais questões e seus esclarecimentos, os Membros demandados indicavam a natureza relativamente liberal dos seus atuais regimes e apresentavam suas propostas de compromissos - momento em que alguns salientaram a impossibilidade de irem além, em razão da ausência de movimentos mais favoráveis em outros aspectos das negociações sobre serviços ou em outras áreas da negociação, como agricultura, por exemplo.

Um delegado destacou que as negociações plurilaterais se assemelhavam à fusão de uma reunião do Comitê sobre Compromissos Específicos com uma Sessão Especial do Conselho do Comércio de Serviços. Isso porque os Membros mantinham discussões técnicas sobre as classificações propostas e os significados dos compromissos, para, em seguida, iniciarem um "concurso de beleza", no qual exaltavam a qualidade das suas próprias ofertas e de seus compromissos no setor em discussão. Tal prática também pode ser encontrada nas negociações bilaterais de acesso a mercados.

Aparentemente, mesmo as negociações plurilaterais em setores como o de serviços eletrônicos - nos quais uma vasta gama de Membros acredita que novos compromissos de liberalização poderiam ser benéficos e para os quais, supunha-se, os demandantes teriam refinado significativamente sua abordagem compartilhada - não escaparam dessa dinâmica de negociações. Os proponentes dos pedidos coletivos foram confrontados com uma série de questões substantivas e técnicas. As Comunidades Europeias (CE), por exemplo, foram questionadas sobre a razão pela qual buscam compromissos não objetivados por outros demandantes.

Alguns negociadores dos Membros que foram alvo de diversas solicitações afirmaram que o processo plurilateral havia impingido um nível de comedimento aos demandantes, em razão da necessidade de concordância sobre os elementos comuns em cada solicitação setorial. Apesar disso, fontes apontam que, após a fase de questionamentos, algumas solicitações tornaram-se mais difíceis, por serem excessivamente ambiciosas - um exemplo citado foi o de serviços legais - ou por não serem específicas o bastante. Um delegado ressaltou que a Índia, Membro coordenador da demanda coletiva sobre liberalização do modo 1 de

prestação de serviços, deveria centrar seu pedido mais em serviços profissionais.

## Demandantes buscam mais negociações bilaterais no futuro?

Há relatos de que algumas das solicitações podem, de agora em diante, ser discutidas conjuntamente em clusters futuros. As demandas sobre serviços arquitetônicos, de engenharia e de engenharia integrada, por exemplo, poderiam ser discutidas junto com os serviços de construção e de engenharia associada. Os pedidos que visam à eliminação ou à redução das isenções para a cláusula da nação mais favorecida aos serviços financeiros e de áudio-visual, por sua vez, poderiam ser englobados, respectivamente, nas negociações plurilaterais sobre serviços financeiros e serviços de áudio-visual.

O delegado de um país que recebeu solicitações plurilaterais em praticamente todos os setores observou que, embora os Membros tenham se engajado substancialmente nas negociações, pareceu não haver nenhuma evolução que pudesse ser diretamente atribuída às negociações que se estenderam por duas semanas. Quando muito, diversos Membros ficaram com a impressão de que, caso desejassem, teriam sido capazes de maximizar, nas negociações plurilaterais, uma abordagem defensiva que não teria sido possível nas negociações bilaterais - o que levou um observador a definir a abordagem plurilateral como um "processo banguela".

Isso parece não ter passado despercebido pelos demandantes, os quais, além de buscarem uma série de reuniões em maio e além das negociações já agendadas para junho, iniciaram consultas demais Membros sobre a possibilidade de devotarem mais tempo para as reuniões bilaterais nos próximos clusters.

Reportagem do ICTSD. Tradução da DireitoGV.

Artigo publicado originalmente em Bridges Weekly Trade News Digest, v. 10, n. 13, 12 de abril de 2006.

Fontes consultadas:

REUTERS. Conversações sobre serviços na OMC parecem entrar em marcha. 10 de abril de 2006.

---

## **Negociações sobre mecanismo de monitoramento das regras de tratamento especial e diferenciado**

Na Sessão Especial do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento da OMC realizada no dia 07 de abril, as delegações presentes afirmaram estarem abertas para o relançamento das negociações sobre o mecanismo de monitoramento das regras referentes a tratamento especial e diferenciado dos Acordos da OMC. Esta foi a primeira vez, em aproximadamente três anos de negociação, que o Comitê tratou de questões transversais em vez de pontos relativos aos acordos específicos. Embora o Conselho Geral tenha aprovado, em julho de 2002, a criação de tal mecanismo e solicitado ao Comitê que regulamentasse seu funcionamento, as negociações estavam paralisadas desde o início de 2003, devido às preocupações de alguns Membros de que ele pudesse ser utilizado para forçar diferenciações entre os países em desenvolvimento (PEDs) Membros da OMC.

Como a idéia de um mecanismo de monitoramento é uma resposta à necessidade de implementação adequada das regras de tratamento especial e diferenciado presentes nos diversos acordos da OMC, é considerada uma questão transversal nas negociações, em comparação ao conjunto de propostas para alterações de regras específicas da OMC. Desde maio de 2005, as negociações realizadas no âmbito da Sessão Especial do Comitê de Comércio e Desenvolvimento têm sido centradas nas propostas específicas - o que se deve, em grande parte, ao sentimento de urgência que aflige os PEDs. Questões transversais, por outro lado, foram objeto de controvérsia e sofreram com a ausência de um prazo específico para serem negociadas. O encontro de 7 de abril analisou as questões específicas relacionadas aos acordos antes de abordar as transversais.

A proposta de um mecanismo para implementação e monitoramento de regras de tratamento especial e diferenciado foi introduzida pelo Grupo Africano (TN/CTD/W/3/Rev2 e W/23) em 2000. Os problemas começaram a surgir quando as Comunidades Europeias (CE - W/13, 20 e 26) e a Suíça (W/14) sugeriram que o mecanismo poderia ser utilizado para determinar quando um PED adquiriria o status de país desenvolvido. A questão da gradação relaciona-se ao tema extremamente controverso da concessão de tratamento diferenciado para Membros classificados como PEDs na OMC. Em 2003, diversos PEDs de renda média afirmaram não querer discutir mudanças no mecanismo de monitoramento, porque o consideravam associado à diferenciação entre os Membros, à qual eles se opunham. Alguns ressaltaram a necessidade de mais progressos nas questões específicas antes de os Membros passarem às

questões transversais, posto que seria pouco eficaz um mecanismo de monitoramento sem determinação das disposições específicas.

### **Negociações ainda sem detalhes**

O Presidente do Comitê, Embaixador Burhan Gafoor, de Cingapura, solicitou que os Membros discutissem suas interpretações do mandato da Declaração Ministerial de Hong Kong a fim de retomarem o trabalho sobre todas as demais questões pendentes, dentre as quais as transversais, como o mecanismo de monitoramento, a incorporação das regras de tratamento especial e diferenciado no arcabouço das regras da OMC e a apresentação de relatórios regulares para o Conselho Geral.

O Quênia interveio em nome do Grupo Africano para sugerir que os trabalhos sobre questões transversais deveriam centrar-se no estabelecimento de um "arcabouço para o desenvolvimento" e no mecanismo de monitoramento. Em relação ao primeiro, referiu-se a uma proposta que apresentara na Conferência Ministerial de Hong Kong cujo escopo era vincular ao mandato das negociações a operacionalização dos elementos do artigo XVIII.4 do GATT, o qual estabelece ser facultado aos países em "estágios mais iniciais de desenvolvimento" a isenção temporária de suas obrigações com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial e econômico. Embora não apresentassem detalhamento específico do "arcabouço para o desenvolvimento", sugeriram que deveria ser uma estrutura geral responsável pelo encaminhamento da questão do acesso dos PEDs a efetivo tratamento especial e diferenciado.

Diversos Membros referiram-se às apresentações iniciais sobre o sistema de monitoramento e expressaram seu apoio ao reinício das negociações. Países como Malásia e Egito, os quais, no início, haviam bloqueado as conversações, afirmaram estarem abertos à sua retomada. Outros sugeriram que o trabalho sobre o mecanismo de monitoramento seria um bom tema para o reinício das conversações sobre os pontos pendentes, uma vez que as posições dos Membros, neste aspecto, eram relativamente limitadas (entre terem interesse e julgarem o mecanismo necessário). O grande problema poderá estar na discussão dos detalhes: apesar da aprovação pelo Conselho Geral da criação do sistema de monitoramento, os delegados até agora não conseguiram chegar a um acordo quanto a sua amplitude, objetivo e localização (v., por exemplo, BRIDGES Weekly, 28 de novembro de 2002). Com relação à amplitude, os delegados precisam decidir se o mecanismo monitorará a implementação dos acordos da OMC em sua totalidade, todas as disposições de

tratamento especial e diferenciado, ou se somente as regras de tratamento especial e diferenciado adotadas na Rodada Doha.

As CE afirmaram que apoiariam medidas de transparência e notificação que assegurassem a efetiva implementação das regras da OMC, dentre as quais se inclui o mecanismo de monitoramento. Adicionaram, também, que, caso os Membros desejassem ser ambiciosos, eles deveriam considerar diretrizes diferentes para aplicação de regras distintas para diferentes PEDs. Embora diversos PEDs tenham manifestado imediatamente sua falta de interesse neste tipo de diferenciação, fontes sugeriram que alguns delegados reconheceram, em conversas particulares, que as CE não haviam associado de modo direto o mecanismo de monitoramento à diferenciação, como haviam feito anteriormente. Isso possibilitou que países como China e México sugerissem que as negociações sobre a natureza, o escopo e a localização do mecanismo de monitoramento continuassem, mas sem vinculação com nenhum tipo de diferenciação.

Algumas fontes sugerem, ainda, que a mudança na posição acerca das questões transversais poderia ser atribuída ao pequeno avanço nas questões específicas dos acordos - a princípio, 27 propostas foram acordadas na Conferência Ministerial de Cancun em 2003, e 5 propostas centrais dos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) foram adotadas em Hong Kong - ou à esperança, entre os Membros, de que as negociações infrutíferas de 2002-2003 não serão repetidas, posto que já se passou tempo suficiente.

### **Propostas examinadas**

No começo do dia, os delegados continuaram as negociações sobre propostas relacionadas a questões específicas dos acordos (v. BRIDGES Weekly, 1 de março de 2006). Foi elaborado o texto de uma minuta de negociação no qual se requer que os PEDs recebam "atenção especial" na aplicação do artigo 10.3 do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, o qual permite que os PEDs, mediante solicitação, recebam isenções específicas e com prazos determinados de suas obrigações derivadas do referido Acordo. O texto foi elaborado com base em duas propostas separadas: uma dos países do Grupo Africano e outra de um grupo relativamente amplo de PEDs asiáticos (propostas 24 e 25, de TN/CTD/W2 e W/3/Rev.2, respectivamente). Embora o Presidente do Comitê exortasse os delegados a retirarem os parênteses do texto (indicação de falta de acordo sobre alguns termos), as diferenças entre os dois grupos de países e mesmo dentro do próprio Grupo Africano tornaram isso impossível.

Embora estivesse na agenda, a decisão de Hong Kong que exige a concessão pelos países desenvolvidos de acesso isento de tarifas e quotas a 97% das linhas tarifárias para as exportações provenientes do PMDRs não foi discutida na reunião. Os PMDRs desejam que o monitoramento e a implementação da decisão ocorra no âmbito do Comitê de Comércio e Desenvolvimento. Os EUA e as CE, entre outros, no entanto, acreditam que isso deva ser realizado pelo Subcomitê de PMDRs.

De acordo com a Declaração de Hong Kong, os países desenvolvidos devem implementar tal acesso até 2008 ou antes do início do período de implementação (dos compromissos da Rodada Doha). Fontes indicaram que, durante consultas informais, os PMDRs argumentaram que uma decisão precisa ser implementada até 2008, enquanto os EUA defendem que isso deve ser parte do empreendimento único da Rodada Doha, independentemente de sua data de conclusão. Eles também discordam se há necessidade de se continuarem as negociações sobre o mandato de Hong Kong relativo à garantia da transparência e da simplicidade das regras de origem preferenciais que são aplicadas às exportações dos PMDRs (o que contribuiu para facilitar o acesso a mercados) com vistas a assegurar sua adequada operacionalização. Os PMDRs tendem a acreditar que sim; os EUA, por outro lado, julgam que não.

As consultas informais sobre as oito propostas relativas às questões específicas restantes devem continuar a ocorrer. Essas propostas foram agrupadas em cinco potenciais minutas de emendas. O Comitê deverá realizar um encontro formal pouco antes da Sessão dos dias 15 e 16 de maio do Conselho Geral.

Reportagem do ICTSD. Tradução da DireitoGV.

Artigo publicado originalmente em Bridges Weekly Trade News Digest, v. 10, n. 13, 12 de abril de 2006.

---

## **NOTÍCIAS REGIONAIS**

---

### **Mercosul define eixos temáticos de sua estratégia de biodiversidade**

As autoridades ambientais de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai firmaram a Declaração de Ministros de Meio Ambiente sobre a Estratégia de Biodiversidade do Mercosul. Os quatro Estados que compõem o bloco emitiram a declaração, no dia 29 de março último, ao fim de uma reunião extraordinária ocorrida durante a 8ª Conferência das Partes da Convenção de Biodiversidade, em Curitiba.

O objetivo da estratégia, que reconhece a soberania dos Estados sobre seus recursos biológicos, consiste em "estabelecer diretrizes e linhas de ação prioritárias para a integração das políticas e das ações dos Estados Partes que se orientam para a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a participação justa e eqüitativa dos benefícios que se derivem dos recursos genéticos". A estrutura de trabalho prevista pela Declaração terá como consequência, portanto, reuniões preparatórias e grupos de trabalho.

A estratégia estrutura-se em torno dos sete eixos temáticos seguintes: (i) conhecimento e informação da biodiversidade; (ii) conservação da biodiversidade; (iii) uso sustentável dos componentes da biodiversidade; (iv) monitoramento, avaliação, prevenção e mitigação dos impactos sobre a biodiversidade; (v) acesso a recursos genéticos, conhecimentos tradicionais associados e partição nos benefícios; (vi) educação, sensibilização pública, socialização e divulgação em biodiversidade; e, por fim, (vii) fortalecimento político, jurídico e institucional.

O documento reconhece que a diversidade biológica possui valor intrínseco e deve ser respeitada independentemente do valor ou do uso que lhe possam ser atribuídos pelas populações humanas. Ademais, declara que a biodiversidade deve ser aproveitada dentro do limite de funcionamento dos ecossistemas, de forma a garantir a continuidade dos processos ecológicos e evolutivos.

Dentre os recursos compartilhados os quais os países do Mercosul se propõem a proteger, os Ministros citaram as bacias dos rios Prata, Paraná, Paraguai e Uruguai, as reservas ambientais trans-fronteiriças (como a do Parque das Cataratas do Rio Iguazu) o Aquífero Guarani (considerado a maior reserva de água doce subterrânea do mundo) e os ecossistemas do Pantanal e do Grande Chaco.

Reportagem de ICTSD e CINPE. Tradução da DireitoGV.

Artigo publicado originalmente em Puentes Quincenal, v. 3, n. 7, 11 de abril de 2006.

Fontes consultadas:

Mercosul. Declaração dos Ministros do Meio Ambiente sobre a Estratégia de Biodiversidade do Mercosul. 29 de março de 2006. Disponível em <<http://www.cdb.gov.br/estrategia-de-biodiversidade-do-mercosul/declaracao.pdf/view>>.

Mundo Real. Autoridades ambientales del MERCOSUR definieron estrategia para preservar la biodiversidad en la región. 31 de março de 2006. Disponível em <<http://www.radiomundoreal.fm/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=9142>>. Acesso em 3 de abril de 2006.

Revista Actualidad. El MERCOSUR acuerda una estrategia para proteger su biodiversidad. 30 de março de 2006. Disponível em [http://actualidad.terra.es/ciencia/articulo/mercosur\\_acuerda\\_estrategia\\_proteger\\_biodiversidad\\_808960.htm](http://actualidad.terra.es/ciencia/articulo/mercosur_acuerda_estrategia_proteger_biodiversidad_808960.htm). Acesso em 3 de abril de 2006.

Territorio Digital. El MERCOSUR acordó declaración conjunta sobre biodiversidad. 30 de março de 2006. Disponível em:

<<http://www.territorioidigital.com/nota.aspx?c=2460398187618424>>. Acesso em 03 de abril de 2006.

---

## BREVES MULTILATERAIS

---

### Negociações sobre bens ambientais associados à energia renovável e à poluição do ar

Numa reunião informal da Sessão Especial do Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente da OMC, nos dias 4 e 5 de abril, os Membros avaliaram as propostas para a liberalização acelerada de determinados bens relacionados à energia renovável e ao controle da poluição do ar. De acordo com o artigo 31 (iii) da Declaração de Doha, tais bens podem ser considerados "bens ambientais". A discussão técnica abordou as listas apresentadas por Comunidades Europeias (CE), Canadá, Japão e Taiwan.

Os delegados procederam à avaliação "produto a produto" das listas para as duas categorias, a fim de verificar quais preenchiam o critério de possuir uma única e clara destinação final ambiental (v. Trade BioRes, 3 de março de 2006). Durante as discussões, diversos países em desenvolvimento afirmaram que muitos dos produtos propostos não são elegíveis. Brasil, China, Malásia, Tailândia e outros - alguns dos quais fizeram parte do grupo de países em desenvolvimento que propôs, em fevereiro, o processo de avaliação empregado no encontro - sugeriram que a presença dos produtos nas listas devia-se mais ao interesse exportador do Membro que buscava sua

liberalização do que à preocupação com seu valor ambiental.

Embora a avaliação tenha sido conduzida sem prejuízo do método que será utilizado para a redução tarifária final para bens ambientais, alguns delegados de países em desenvolvimento expressaram seu desapontamento com as discussões. Isso porque, de acordo com tais delegados, o método de listas beneficiária, antes de tudo, os países desenvolvidos. Afirmaram, ainda, parecer menos provável a discussão de seus próprios problemas ambientais, algo que esperavam.

Nos dias 10 e 12 de maio, haverá discussão técnica sobre os bens relacionados a saneamento e resíduos tóxicos. Fontes sugerem que EUA, Brasil, Índia e China poderão apresentar propostas sobre os métodos a serem utilizados nas negociações durante o próximo encontro formal do Comitê, agendado para os dias 14 e 15 de julho.

Reportagem do ICTSD. Tradução da DireitoGV.

Artigo publicado originalmente em Bridges Weekly Trade News Digest, v. 10, n. 13, 12 de abril de 2006.

### **Mercosul: encerrada a primeira fase de revisão de sua política comercial pela OMC**

Dentre os temas abordados na reunião dos dias 3 e 4 de abril do Comitê de Acordos Regionais da OMC, em Genebra, encontrava-se a apresentação do relatório preliminar resultante da revisão da política comercial do Mercosul. As avaliações do Mercosul foram iniciadas em 1996 e o bloco levou 10 anos para compilar todas as informações e dados estatísticos necessários para concluir sua avaliação pela OMC. Os representantes dos quatro Estados partes do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) participaram da reunião. Segundo relatos, houve apresentação específica do Embaixador Pablo Grinspun da Argentina, que detém a presidência pro tempore do bloco até julho próximo.

A partir de então, os Membros da OMC podem apresentar perguntas às partes do bloco até o dia 28 de abril. As respostas deverão ser encaminhadas, no máximo, até o dia 19 de maio. Após esta data, a OMC deverá publicar um informe final que determinará a compatibilidade do Mercosul com os acordos do GATT, conforme o estabelecido pelo artigo XXIV (relativo a acordos regionais).

Segundo documento preparado pela OMC, o Mercosul não causou desvio de comércio desde seu

estabelecimento. A taxa de importação praticada pelos países membros antes da criação do bloco era de 12,5%. A entrada em vigor do Mercosul baixou essa tarifa para 12%, desde então resultou em novas médias, sendo a última registrada, em 2006, de 8,8%.

Enquanto o relatório final não é publicado, as informações a respeito da avaliação prévia realizada são contraditórias. Enquanto, no Uruguai, comenta-se que a avaliação foi positiva, foi noticiado, na China, que a apreciação foi negativa. As observações negativas analisam, sobretudo, o aumento do protecionismo comercial entre Brasil e Argentina durante o período de vigência do acordo.

Reportagem de ICTSD

Fontes consultadas:

El País. Mercosur bajó el peso de aranceles. 6 de abril de 2006. Disponible em <<http://www.elpais.com.uy/Paginas/ImprimirNota2.asp?i=210236>>.

Estado de São Paulo. Mercosul não causou desvio de comércio, conclui OMC. 4 de abril de 2006. Disponível em <http://txt.estado.com.br/editorias/2006/04/04/eco82253.xml?>>.

Peopple's Daily Online. WTO accuses Mercosur of pursuing protectionist policies. 5 de abril de 2006. Disponível em <[http://english.peopledaily.com.cn/200604/05/eng20060405\\_256156.html](http://english.peopledaily.com.cn/200604/05/eng20060405_256156.html)>.

## **BREVES REGIONAIS**

### **Acirra-se conflito entre Argentina e Uruguai sobre as papeleras**

Após diversas semanas de negociações infrutíferas e de permanência do bloqueio popular de duas pontes entre Argentina e Uruguai, o presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, deu por encerrada a fase de diálogo com a Argentina no conflito sobre a construção das fábricas de celulose no Rio Uruguai. De acordo com Reinaldo Gargano, chanceler uruguaio, o país levará a controvérsia para a Corte Internacional de Justiça (CIJ) e para o Mercosul.

Tendo em vista que Argentina e Uruguai não concordavam com o prazo para a elaboração de um estudo de impacto ambiental - conforme acordado em Santiago do Chile, em 11.03.06 -, Tabaré Vázquez cancelou a reunião de cúpula com Nestór Kirchner, prevista para 5 e 6 de abril últimos. O dilema sobre o prazo se deu quando a empresa finlandesa Botnia comunicou ao governo do Uruguai que paralisaria suas atividades por no máximo 10 dias para a realização do estudo mencionado, mas a Argentina insistiu que seriam necessários ao menos 90 dias.

Assim, no dia 6 de abril, Tabaré Vázquez declarou que o Uruguai recorrerá à CIJ e ao Mercosul para análise da disputa. A Argentina, contudo, enquanto presidente pro tempore do Mercosul, não aceitou tal pedido no âmbito do Mercosul. Justificou sua decisão com o fato de a controvérsia ser bilateral e não envolver as instituições do bloco. Diante disso, o Uruguai demanda que seja realizada uma reunião do Conselho Mercado Comum para discutir o assunto (ainda sem data marcada).

Muito embora a possibilidade de recorrer à CIJ tenha sido levantada por ambos os países, até o momento, nenhum deu início formal à disputa - especula-se que isso deverá ocorrer em 30 de abril. Ambos os países, no entanto, já adotaram algumas medidas para tanto: o governo argentino foi autorizado por seu Parlamento para levar a disputa à CIJ e o Chanceler uruguaio enviou, no dia 11 de abril, nota ao Embaixador de seu país na Holanda com instruções específicas.

No mesmo dia, foi divulgada a versão em espanhol do relatório Corporação Financeira Internacional (do Banco Mundial) sobre os impactos ambientais da construção das duas fábricas no rio. Embora fosse esperado que seu conteúdo conduzisse a algum tipo de solução, isso não foi possível, porque ambas as partes interpretaram-no a seu favor.

De acordo com relatos, no dia 15 de abril, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, entrou em contato com representantes da Argentina e do Uruguai, com o intuito de aproximá-los e possibilitar a realização de uma nova cúpula. Também no dia 15 de abril, Nestór Kirchner solicitou a intervenção do Arcebispo de Buenos Aires na controvérsia - o que, para a Argentina, pode ser importante, dada a vinculação ainda existente entre Estado e Igreja naquele país. Nos dias 25 e 26 de abril próximos, a Ministra das Relações Exteriores da Finlândia, Paula Lehtomaki, visitará a Argentina e o Uruguai.

Reportagem DireitoGV.

Fontes consultadas:

ABCColor Digital. Nuevo informe del BM, favorable a instalación de papelería en Uruguay. 12 de abril de 2006. Disponível em <<http://www.abc.com.py/imprimir.php?pid=245510>>. Acesso em 12 de abril de 2006.

LaNacion.com. La Argentina considero "positivo" el informe. 12 de abril de 2006. Disponível em <[http://www.lanacion.com.ar/herramientas/printfriendly/printfriendly.asp?nota\\_id=796845](http://www.lanacion.com.ar/herramientas/printfriendly/printfriendly.asp?nota_id=796845)>. Acesso em 12 de abril de 2006.

LaNacion.com. Uruguay defenderá las plantas en La Haya. 11 de abril de 2006. Disponível em <>. Acesso em 11 de abril de 2006. Ventura, D. O caso das papeleiras e o papelão do MERCOSUL. Pontes entre o comércio e o desenvolvimento sustentável, v. 2, n. 2 (no prelo).

---

## EVENTOS

---

### Fóruns Multilaterais

#### OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<[http://www.wto.org/english/news\\_e/meets.pdf](http://www.wto.org/english/news_e/meets.pdf)>.

21 de abril de 2006

Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

24 de abril de 2006

Sessão Especial do Órgão de Solução de Controvérsias

Reunião do Comitê de salvaguardas

Reunião do Sub-comitê do Algodão

24 de abril a 8 de Maio

Semana de negociações sobre regras

25 de abril de 2006

Reunião do Comitê de Valoração Aduaneira

25 a 26 de abril de 2006

Reunião do Comitê de Subsídios e Medidas Compensatórias

26 de abril de 2006

Reunião do Comitê de comércio e desenvolvimento

27 a 28 de abril de 2006  
Reunião do Comitê de Práticas Anti-dumping

1º a 2 de maio de 2006  
Reunião do Grupo de Negociação sobre Regras

5 de maio de 2006  
Reunião do Grupo de Negociação sobre Regras

## **ONU**

Departamento da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais (UNDESA)

3 a 7 de Abril  
39ª Sessão da Comissão sobre População e Desenvolvimento  
Local: Nova Iorque, EUA.  
Informações: zlotnik@un.org; e  
<<http://www.un.org/esa/population/cpd/comm2006.htm>>.

7 a 8 de Abril  
Workshop sobre mudança climática e desenvolvimento sustentável - organizado em parceria com o Instituto de Pesquisa Energética (TERI, sigla em inglês) da Índia.  
Local: Nova Délhi, Índia.  
Informações:  
<[http://www.un.org/esa/sustdev/sdissues/climate\\_change/climateChange\\_inter.htm](http://www.un.org/esa/sustdev/sdissues/climate_change/climateChange_inter.htm)>.

## **Outros Fóruns Multilaterais**

**Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs, sigla em inglês)**  
Local: Genebra, Suíça.  
Informações: <<http://www.pops.int>>.

28 a 29 de abril de 2006  
Reunião do Grupo de Trabalho ad hoc sobre a não implementação da Convenção de Estocolmo

1º a 5 de maio de 2006  
2ª Conferência das Partes da Convenção de Estocolmo (POPs COP-2)

## **ECOSOC**

24 de abril de 2006  
Encontro de alto nível do ECOSOC com Banco Mundial, FMI, OMC e UNCTAD  
Local: Nova Iorque, Estados Unidos.  
Informações: <<http://www.un.org/docs/ecosoc/>>.

## **FAO**

24 a 28 de abril de 2006  
2o Encontro do Grupo de Contato da Convenção Internacional sobre Recursos Genéticos de Plantas para o Acordo sobre Padrão de Transferência de Materiais  
Local: Alnarp, Suécia.  
Informações: <<http://www.fao.org/ag/cgrfa/cgmta2.htm>> e <[jose.esquinas@fao.org](mailto:jose.esquinas@fao.org)>

## **OMPI**

Local: Genebra, Suíça.  
Consultar: <<http://www.wipo.int/meetings/en/>>.

24 a 28 de abril de 2006  
Reunião do Comitê intergovernamental sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore

1º a 5 de maio de 2006  
Reunião do Comitê Permanente para Direitos Autorais

3 a 5 de maio de 2006  
Encontro de Autoridades Internacionais sobre o Tratado de Cooperação em Patentes

## **PNUMA**

26 a 27 de abril de 2006  
1º Encontro do Conselho Executivo do Programa de Abordagem Estratégica ao Manejo Internacional de Produtos Químicos  
Local: Genebra, Suíça.  
Informações:  
<[http://www.chem.unep.ch/saicm/qsp/EB1\\_qsp.htm](http://www.chem.unep.ch/saicm/qsp/EB1_qsp.htm)>.

## **UNCTAD**

24 a 28 de abril de 2006  
39ª Sessão do Grupo Consultivo do Centro para o Comércio Internacional  
Local: Genebra, Suíça.  
Informações:  
<<http://www.unctad.org/Templates/Meeting.asp?intltemlD=1942&lang=1&m=11154&year=2006&month=4>>.

## **Fóruns Regionais**

### **Mercosul**

Local: Buenos Aires, Argentina.  
Informações:  
<<http://www.mercosur.gov.ar/calendario.htm>>.

19 a 21 de abril de 2006  
36ª Reunião ordinária do Sub-Grupo de Trabalho n.6 -  
meio-ambiente

25 de abril de 2006  
Reunião do grupo de trabalho entre Mercosul e Chile  
sobre assuntos aduaneiros

25 a 27 de abril de 2006  
Reunião do Comitê para Defesa Comercial E  
Salvaguardas (a confirmar)  
Reunião do Grupo de serviços

25 a 28 de abril de 2006  
Reunião Mercosul - Israel

26 de abril de 2006  
Reunião Mercosul - Panamá

28 de abril de 2006  
Reunião Mercosul - Chile sobre serviços

## ACP

Informações:  
<[http://www.acpsec.org/en/agenda/programme\\_april06.pdf](http://www.acpsec.org/en/agenda/programme_april06.pdf)>.  
Local: Bruxelas, Bélgica.

21 de abril de 2006  
Reunião conjunta de embaixadores da ACP e da UE  
2o Fórum da Sociedade Civil dos países da ACP

24 a 28 de abril de 2006  
Reunião dos ministros das finanças dos países ACP

## Outros

20 a 23 de abril de 2006  
Fórum Social Brasileiro  
Local: Recife, Brasil.  
Informações: <<http://www.fsb.org.br/>>.

23 a 25 de abril de 2006  
10ª Conferência anual da Associação dos Mercados  
Ambientais  
Local: Miami, EUA.  
Informações: <<http://www.environmentalmarkets.org/>>.

26 a 27 de abril de 2006  
Fórum de Investimentos em florestas tropicais  
internacionais  
Promovido pela Organização Internacional da Madeira  
Tropical (ITTO, sigla em inglês).

Local: Cancun, México.  
Informações:  
<<http://www.itto.or.jp/live/PageDisplayHandler?pagelId=223&id=1022>>.

26 a 27 de abril de 2006  
Encontro sobre os efeitos ambientais de produtos  
químicos, pesticidas e biocidas  
Organizado pelo European Chemicals Bureau.  
Local: Ispra, Itália.  
Informações: <<http://ecb.jrc.it/classification-labelling/MEETINGS/public.htm>>.

26 a 28 de abril de 2006  
25ª Sessão do painel intergovernamental sobre  
mudança climática  
Local: Port Louis, Ilhas Maurício.  
Informações: <<http://www.ipcc.ch/meet/session25.htm>>  
e <[IPCC-Sec@wmo.int](mailto:IPCC-Sec@wmo.int)>.

28 a 29 de abril de 2006  
12º Workshop para PhDs em políticas internacionais  
sobre clima  
Organizado pela Universidade de Groningen.  
Local: Groningen, Holanda.  
Informações: <<http://www.rug.nl/edrec/PhD-Workshop/index>>.

3 a 5 de maio de 2006  
Workshop sobre a implementação do Sistema Global  
Harmonizado de Classificação e Tabela de  
Produtos Químicos (GHS)  
Organizado pelo Instituto das Nações Unidas para  
Treinamento e Pesquisa (UNITAR, sigla em inglês) e  
pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em  
conjunto com a Agência Indonésia para o Controle de  
Drogas e Alimentos.  
Local: Jakarta, Indonésia.  
Informações:  
<[http://www.unitar.org/cwg/ghs\\_partnership/events/index.aspx](http://www.unitar.org/cwg/ghs_partnership/events/index.aspx)>.

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

A ONU divulgou, no dia 11 de abril, relatório denominado Tendências para um Desenvolvimento Sustentável, no qual destaca a necessidade de maior utilização dos recursos energéticos para a redução da pobreza e para o desenvolvimento industrial. De acordo com o relatório, ainda há 1,6 bilhão de pessoas que não têm acesso à energia elétrica. O relatório destaca também que, embora o consumo de energia tenha aumentado, nos últimos anos, o ritmo de crescimento é menor do que o da economia mundial. O relatório servirá de base para as discussões na XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável,

que ocorrerá entre os dias 1º e 12 de maio, em Nova York, nos EUA.

No dia 11 de abril, o FMI divulgou, o Relatório sobre Estabilidade Financeira Global. Este relatório semestral analisa a situação dos mercados financeiros e o financiamento de mercados emergentes num contexto global. O relatório pode ser acessado em <<http://www.imf.org/External/Pubs/FT/GFSR/2006/01/index.htm#disclaim>>.

O programa sobre Produtos Químicos, Resíduos e Governança Ambiental do UNITAR (Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa) iniciou processo de seleção de trabalhos para serem apresentados durante Workshop temático sobre governança, participação da sociedade civil e fortalecimento de parcerias para administração de produtos químicos e de resíduos e para a implementação da abordagem estratégica para administração internacional de produtos químicos. Esse workshop será realizado entre os dias 20 e 22 de junho em Genebra, na Suíça. Os trabalhos devem ser entregues até o dia 10 de maio. Maiores informações podem ser obtidas no site <[www.unitar.org/cwg/tw/tw10.html](http://www.unitar.org/cwg/tw/tw10.html)>.

## **FIQUE DE OLHO!**

### **OMC**

No dia 18 de abril, o Órgão de Apelação publicou relatório referente ao caso Estados Unidos - Leis, Regulamentações e metodologias para o cálculo das margens de dumping ("zeroing") (DS 294), que teve como reclamante a União Européia. Para ter acesso ao relatório completo, consulte:

<[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/294abr\\_e.doc](http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/294abr_e.doc)>. Para maiores informações sobre o caso, acesse: <[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/cases\\_e/ds294\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds294_e.htm)>.

No dia 13 de abril, foi publicado o relatório de implementação do Órgão de Apelação no caso Estados Unidos - Investigação da Comissão de Comércio Internacional sobre Madeira de Coníferas do Canadá (DS 277). Para maiores informações, consultar: <[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/277abrw\\_conc\\_e.pdf](http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/277abrw_conc_e.pdf)>. Para acessar o relatório, consulte: <[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/277abrw\\_e.doc](http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/277abrw_e.doc)>. Para maiores informações sobre o caso, acesse: <[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/cases\\_e/ds277\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds277_e.htm)>.

### **Banco Mundial**

O Conselho Executivo da Associação para o Desenvolvimento Internacional do Banco Mundial aprovou, no dia 13 de abril, o documento Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados - lista de países que alcançaram os critérios de rendimento e dívida no final de 2004. O documento, que foi preparado conjuntamente pelo FMI e pelo Banco Mundial, identifica 11 países que alcançaram tais critérios e, portanto, são considerados aptos a requisitarem o perdão de suas dívidas. Tais países são os seguintes: Eritreia, Haiti, Ilhas Comoros, Costa do Marfim, Libéria, Quirguistão, Nepal, República Centro-africana, Somália, Sudão e Togo. Para maiores informações, acesse:

<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:20888761~pagePK:34370~piPK:34424~theSitePK:4607,00.html>>.

### **OCDE**

No dia 4 de abril, durante o encontro do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento e do Comitê de Políticas Ambientais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), os Membros da OCDE firmaram a Declaração sobre Integração da Adaptação à Mudança Climática na Cooperação para o Desenvolvimento. O documento pode ser acessado em:

<<http://www.oecd.org/dataoecd/44/29/36426943.pdf>>.

### **Integração regional**

No dia 11 de abril, durante a visita da presidente chilena Michelle Bachelet ao Brasil, os governos de ambos os países firmaram acordos de cooperação nas áreas de energia e meio-ambiente. Com vistas à implementação destes acordos, foi instituída uma comissão mista permanente, com o intuito de estabelecer um programa de cooperação energética e de mineração entre os dois países. O inteiro teor da declaração emitida em conjunto por Michelle Bachelet e Luis Inácio Lula da Silva encontra-se disponível em <[http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalhe.asp?ID\\_RELEASE=3679](http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=3679)>.

O Senado Federal aprovou o Decreto Legislativo 44/2006, de 11 de abril de 2006, que internaliza o acordo-sede para estabelecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no Brasil. O acordo foi celebrado em dezembro de 2002, e, desde então, a Secretaria da OTCA tem funcionado em Brasília. O Tratado de Cooperação Amazônica foi

celebrado por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, e seu objetivo consiste em fortalecer a cooperação entre os países da região amazônica e a estimular a adoção de políticas conjuntas de preservação do meio ambiente e de desenvolvimento sustentável.

## **Brasil**

A cidade de Brasília sediará, entre os dias 30 de maio e 1º de junho deste ano, o 6º Encontro Verde das Américas - Conferência das Américas para o Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O encontro conta com o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Maiores informações podem ser obtidas em [www.greenmeeting.org](http://www.greenmeeting.org) e pelo e-mail [coordenacao@greenmeeting.org](mailto:coordenacao@greenmeeting.org)

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: [http://www.ictsd.org/pont\\_quinze/archive.htm](http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm)

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch).

*A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.*

